



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AUDITORIA ADMINISTRATIVA DE CONTROLE INTERNO**

OBJETO: Prestação de Contas Anual (PCA)

ORIGEM: Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – **FERMOJU**

EXERCÍCIO: 2016

Relatório de Auditoria – Prestação de Contas Anual – Fermoju

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. O Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU foi criado com a finalidade de suprir o Poder Judiciário de recursos financeiros, para fazer face às despesas específicas previstas no art. 2º da Lei Estadual nº 11.891, de 20/12/1991. A partir de 2010, o Fundo passou a ser regido pela Lei Estadual nº 14.605, publicada no D.O.E. de 13/01/2010, combinado com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 14.916, de 03/05/2011.

2. Em obediência ao art. 10 da Lei Estadual 16.208 de 03 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial de 06 de abril de 2017, cumpre à Auditoria Administrativa de Controle Interno emitir certificado de auditoria atestando a regularidade ou a irregularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

3. A Lei nº 12.509/1995, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, estabelece, em seu art. 8º, § 6º, que os processos de tomada ou prestação de contas, bem como os de responsabilidade de gestores e agentes públicos, deverão ser apresentados ao

Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do encerramento do correspondente exercício financeiro, e julgados até o término do exercício seguinte ao da apresentação.

2. PEÇAS PROCESSUAIS

4. A Prestação de Contas Anual em tela corresponde ao exercício de 2016 e engloba a aplicação dos Recursos Orçamentários do FERMOJU, constando das peças a seguir relacionadas:

- Rol de responsáveis;
- Demonstrativo das despesas orçamentárias, por elemento e item;
- Balanços e Demonstrações Contábeis:
 - a) Balanço Orçamentário,
 - b) Balanço Financeiro,
 - c) Balanço Patrimonial,
 - d) Demonstração das Variações Patrimoniais,
 - e) Fluxo de Caixa,
 - f) Notas explicativas.
- Extratos das contas-correntes;
- Demonstrativo da execução orçamentária por fonte de recurso;
- Declarações, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria Geral, informando que os responsáveis arrolados nas contas do exercício de 2016 estão em dia com a exigência de apresentação das declarações de bens e renda de que trata a Lei Federal nº 8.730/93;
- Relatório de Desempenho da Gestão.

5. Cumpre informar que, segundo o item 7.1 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), 6ª Edição, a peça Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) “é **obrigatória** para as **empresas estatais dependentes**, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação”, e, portanto, não consta das peças enviadas.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

TABELA 01 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Lei nº 15.930/15)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas (b)
RECEITAS	R\$ 143.959.279,00		R\$ 148.539.279,00		R\$ 136.655.486,53
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (c)	Dotação Atualizada (d)	Empenho (e)	Liquidação (f)	Pagamento (g)
DESPESAS	R\$ 143.959.279,00	R\$ 149.989.279,00	R\$ 131.871.390,63	R\$ 119.905.203,04	R\$ 119.905.025,04
Despesas Correntes	R\$ 114.953.189,00	R\$ 142.127.408,08	R\$ 125.294.057,38	R\$ 116.726.433,63	R\$ 116.726.255,63
Outras Despesas Correntes (i)	R\$ 114.953.189,00	R\$ 142.127.408,08	R\$ 125.294.057,38	R\$ 116.726.433,63	R\$ 116.726.255,63
Despesas de Capital	R\$ 29.006.090,00	R\$ 7.861.870,92	R\$ 6.577.333,25	R\$ 3.178.769,41	R\$ 3.178.769,41
Investimentos (j)	R\$ 29.006.090,00	R\$ 7.861.870,92	R\$ 6.577.333,25	R\$ 3.178.769,41	R\$ 3.178.769,41
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (d-c)	Resultado Orçamentário (b-e)		Restos a Pagar Não Processados (f-e)	Restos a Pagar Processados (g-f)
	Valor (k)	Déficit/Superávit	Valor (l)	Valor (m)	Valor (n)
	R\$ 6.030.000,00	Superávit	R\$ 4.784.095,90	R\$ 11.966.187,59	R\$ 178,00
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (k/c)	4,19%	Despesas Direta com Custeio (i/e)	95,01%		
Resultado Orçamentário (b/e)	103,63%	Despesas Direta com Investimento (j/e)	4,99%		
Execução da Receita (b/a)	92,00%	Despesas Pagas (g/e)	90,93%		
Execução da Despesa (e/d)	87,92%	Restos a Pagar Não Processados (m/e) ..	9,07%		
		Restos a Pagar Processados (n/e)	0,000%		

Fonte: *Balanço Orçamentário, sistema S2GPR*

6. Da análise do Balanço Orçamentário pertinente ao exercício de 2016, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo;
- b) O valor da dotação atualizada de R\$ 149.989.279,00 corresponde com o valor fixado na Lei 15.930/15 e suas alterações por Decretos, conforme abaixo:
 - Lei nº 15.930/15 (dotação inicial).....R\$ 143.959.279,00
 - Decreto nº 32.092/16 (Outras Despesas Correntes).....R\$ 3.130.000,00
 - Decreto nº 32.107/16 (Outras Despesas Correntes).....R\$ 900.000,00
 - Decreto nº 32.107/16 (Outras Despesas Correntes).....R\$ 2.000.000,00
- c) O nível de alteração orçamentária da despesa foi positivo em 4,19%, o que revela pouco replanejamento.

d) A execução das despesas equivale ao total empenhado em despesas correntes que concentrou 95,01% sobre despesas diretas com custeio, restando 4,99% para despesas diretas com Investimentos.

e) O índice de inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados) resultou em 9,07% do importe empenhado, não havendo divergência de valores apresentados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante.

g) Registre-se que as despesas inscritas em “Restos a Pagar” serão pagas com as disponibilidades de caixa do FERMOJU e que, quanto menor for o índice de restos a pagar inscritos, melhor o equilíbrio orçamentário.

3.2. BALANÇO FINANCEIRO

TABELA 01 – Balanço Financeiro - Fonte: *Balanço Orçamentário, sistema S2GPR*

INGRESSOS FINANCEIROS		
Itens	Exercício Anual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	R\$ 136.655.486,53	R\$ 106.652.641,21
Ordinária	R\$ 131.273.098,71	R\$ 103.189.046,00
Vinculada	R\$ 5.382.387,82	R\$ 3.463.595,21
Transferências Financeiras Recebidas (II)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Com Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Para Execução de Restos a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recebimento Extra-Orçamentários (III)	R\$ 34.390.801,28	R\$ 32.597.660,58
Inscrições de Restos a Pagar Processados	R\$ 178,00	R\$ 57.072,60
Inscrições de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 11.966.187,59	R\$ 6.826.727,53
Valores Restituíveis	R\$ 20.450.763,30	R\$ 25.713.860,45
Consignações do Exercício	R\$ 17.019.956,56	R\$ 15.889.205,28
Consignações de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 4.115.144,06
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	R\$ 49.612.437,28	R\$ 48.604.887,11
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 49.612.437,28	R\$ 48.604.887,11
Total (V)= (I + II + III + IV)	R\$ 220.658.725,09	R\$ 187.855.188,90
DISPÊNDIOS FINANCEIROS		
Itens	Exercício Anual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	R\$ 131.871.390,63	R\$ 111.075.450,63
Ordinária	R\$ 126.005.848,80	R\$ 109.750.544,54
Vinculada	R\$ 5.865.541,83	R\$ 1.324.906,09
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Transferências Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	R\$ 23.893.837,89	R\$ 27.167.300,99
Restos a Pagar Processados	R\$ 0,00	R\$ 2.306.014,57
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 6.204.362,37	R\$ 3.001.704,66
Valores Restituíveis	R\$ 16.826.012,76	R\$ 21.016.602,83
Consignações do Exercício	R\$ 16.433.875,90	R\$ 15.873.141,33
Consignações de Exercícios Anteriores	R\$ 14.922,49	R\$ 4.914.291,65
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	R\$ 64.893.496,57	R\$ 49.612.437,28
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 64.589.389,68	R\$ 49.612.437,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 304.109,89	R\$ 0,00
Total (X)= (VI + VII + VIII + IX)	R\$ 220.658.725,09	R\$ 187.855.188,90

Fonte: Balanço Financeiro, S2GPR

7. Da análise do Balanço Financeiro pertinente ao exercício de 2016, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo.
- b) O Resultado Financeiro do Exercício foi de R\$ 15.281.059,29, sendo superior ao exercício anterior que foi de R\$ 1.007.550,17.
- c) O saldo da conta “ Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte”, composto pelos saldos das contas “Caixa e Equivalente de Caixa” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, correspondem a soma dos saldos das contas “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, e “Créditos Tributários a Receber” registrados no Balanço Patrimonial.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				
Itens	Exercício 2016	Análise Vertical	Exercício 2015	Análise Horizontal
Ativo Circulante	R\$ 67.001.202,89	100,000%	R\$ 51.161.274,71	30,96%
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 64.589.386,68	96,400%	R\$ 49.612.437,28	30,19%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 304.109,89	0,454%	R\$ 0,00	-
Créditos Tributários a Receber	R\$ 304.109,89	0,454%	R\$ 0,00	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 13.300,00	0,020%	R\$ 0,00	-
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	R\$ 13.300,00	0,020%	R\$ 0,00	-
Estoque	R\$ 1.187.346,37	1,772%	R\$ 705.858,50	68,21%
Mercadorias para Revenda	R\$ 110.476,35	0,165%	R\$ 84.966,80	30,02%
Almoxarifado	R\$ 1.076.870,02	1,607%	R\$ 620.891,70	73,44%
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	R\$ 907.059,95	1,354%	R\$ 842.978,93	7,60%
Ativo Não Circulante	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	-
Imobilizado	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00	-
Total	R\$ 67.001.202,89	100,000%	R\$ 51.161.274,71	30,96%
PASSIVO				
Itens	Exercício 2016	Análise Vertical	Exercício 2015	Análise Horizontal
Passivo Circulante	R\$ 97.121.630,49	144,96%	R\$ 87.347.292,08	11,19%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	R\$ 178,00	0,00%	R\$ 0,00	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 57.072,60	-	R\$ 53.624,78	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 97.064.379,89	144,87%	R\$ 87.293.667,30	11,19%
Valores Restituíveis	R\$ 95.887.814,48	-	R\$ 87.293.667,30	-
Outras Obrigações a Curto prazo	R\$ 1.176.565,41	-	R\$ 0,00	-
Passivo Não-Circulante	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	-
Patrimônio Líquido	-R\$ 30.120.427,60	-44,96%	-R\$ 36.186.017,37	16,76%
Resultados Acumulados	-R\$ 30.120.427,60	-44,96%	-R\$ 36.186.017,37	16,76%
Superávits/ Déficits Acumulados	-R\$ 30.120.427,60	-44,96%	-R\$ 36.186.017,37	16,762%
Superávits/ Déficits do Exercício	R\$ 26.215.372,87	39,13%	-R\$ 3.417.714,42	867,04%
Superávits/ Déficits de Exercícios Anteriores	-R\$ 3.852.709,28	5,75%	-R\$ 434.994,86	785,69%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-R\$ 52.483.091,19	78,33%	-R\$ 32.333.308,09	62,32%
Total	R\$ 67.001.202,89	100,00%	R\$ 51.161.274,71	30,96%
ATIVO REAL	Ativo Financeiro			R\$ 64.893.496,57
	Ativo Permanente			R\$ 2.107.706,32
PASSIVO REAL	Passivo Financeiro			R\$ 36.148.360,75
	Passivo Permanente			R\$ 73.585.441,76
ATIVO REAL LÍQUIDO	Saldo Patrimonial			-R\$ 42.732.599,62

Obs: Análise Vertical (% do Ativo/Passivo Total), Análise Horizontal (Evolução da Conta)

Fonte: Balanço Patrimonial, S2GPR

8. Da análise do Balanço Patrimonial pertinente ao exercício de 2016, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo, apenas conta de resultado.
- b) O total do Ativo confere com o total do Passivo.
- c) Houve um *superávit* no exercício em decorrência do acréscimo de R\$ 29.633.087,29 sobre o *déficit* do exercício anterior de R\$ 3.417.714,42.
- d) Tal demonstrativo indica um saldo patrimonial negativo, no valor de R\$ 42.732.599,62.
- e) Os bens adquiridos com recursos do FERMOJU foram incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário, conforme dispõe o normativo próprio.
- f) O saldo registrado na conta Estoque evoluiu 68,21% em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, do crescimento de 73,44% contabilizado em Almoxarifado.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	Exercício 2016	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2015	Análise Horizontal
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	116.958.853,72	88,82%	89.811.271,44	30,23%
Taxas	116.958.853,72	88,82%	89.811.271,44	30,23%
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	5.590.648,07	4,25%	839.519,11	565,93%
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	5.590.648,07	4,25%	839.519,11	565,93%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	7.971.834,93	6,05%	12.545.460,38	-36,46%
Juros e Encargos de Mora	189.780,94	5,91%	3.598.349,46	-94,73%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	7.782.053,99	5,91%	8.947.110,92	-13,02%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00%	0,00	-%
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00%	0,00	-%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.159.030,59	0,88%	136.159,63	751,23%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.159.030,59	0,88%	136.159,63	751,23%
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	131.680.367,31	100,00%	103.332.410,56	27,43%
VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	Exercício 2016	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2015	Análise Horizontal
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00%	1.267.381,13	-100,00%
Remuneração a Pessoal	0,00	0,00%	0,00	-%
Encargos Patrimoniais	0,00	0,00%	0,00	-%
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00%	1.267.381,13	-100,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	0,00	0,00%	0,00	-%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00%	0,00	-%
Pensões	0,00	0,00%	0,00	-%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00%	0,00	-%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	79.607.258,68	75,48%	73.525.223,75	8,27%
Uso de Material de Consumo	2.255.166,84	2,14%	5.511.175,32	-59,08%
Serviços	76.909.857,55	72,92%	67.734.235,74	13,55%
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	442.234,29	0,42%	279.812,69	58,05%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	191,54	0,00%	1.891,97	-89,88%
Juros e Encargos de Mora	191,54	0,00%	1.891,97	-89,88%
TRIBUTÁRIAS	61.165,78	0,06%	10.379,98	489,27%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.687,64	0,02%	8.372,76	111,25%
Contribuições	43.478,14	0,04%	2.007,22	2066,09%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	25.796.378,44	24,46%	31.945.248,15	-19,25%
Premiações	4.280,00	0,00%	1.533,00	179,19%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	25.792.098,44	24,46%	31.943.715,15	-19,26%
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	105.464.994,44	100,00%	106.750.124,98	-1,20%
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO	26.215.372,87		-3.417.714,42	867,04%

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais, S2GPR

9. Da análise da Demonstração das Variações Patrimoniais, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não se observaram contas com inversão de saldo;
- b) O Resultado Patrimonial do Exercício de 2016 foi superavitário em 26.215.372,87, correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial.
- c) As Variações Aumentativas concentraram-se sobretudo pela conta “Taxas”, representando 88,82% de seu respectivo total. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se em “Serviços”, com um índice de 72,92%.

3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

10. Da análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa, destaque-se o seguinte ponto:

- a) Não obstante o saldo negativo do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos, na quantia de R\$ 3.977.606,41, foi coberto pelo saldo positivo do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações em 17.844.346,18, portanto, a Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustado resultou em R\$ 13.866.739,77, sendo superior em 1.276,28% comparado ao exercício de 2015 que foi de R\$ 1.007.550,17.

3.6. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

11. A Lei nº 14.605/2010, que dispõe sobre o FERMOJU, assegura 85% da Receita da venda de Selos de Autenticidade para subsidiar os atos praticados pelos Cartórios de Registro Civil.

12. Neste sentido, conforme relatório “Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados”, a arrecadação inscrita em “vendas de selos de autenticidade” foi de R\$ 27.492.504,21.

13. O valor registrado como “Ressarcimento do Registro Civil”, item da rubrica “Indenizações e Restituições”, foi de R\$ 23.355.292,03, consoante relatório “Execução da Despesa por Gestora, Fonte e Unidade Orçamentária”.

14. Registre-se que o valor legal do subsídio aos cartórios é de R\$ 23.368.628,58, restando, como ressarcimento aos cartórios civis, os valores atinentes às atividades do mês de dezembro de 2016, com repasse regular no mês subsequente, bem como os valores relativos aos saldos de ajustes

pendentes a serem transferidos por meio de movimentações suplementares no curso do exercício de 2017.

15. No exercício em referência, o Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário – PIMPJ, instituído pela Lei nº 14.415/2009, de 23 de julho de 2009, e alterado pela Lei nº 15.453/2013, teve execução orçamentária de R\$ 5.865.541,83, o que representa aproximadamente 4,45% do total das despesas do FERMOJU, no valor de R\$ 131.871.390,63.

16. Essa execução orçamentária deu suporte financeiro às seguintes ações, de acordo com o relatório da “Execução da Despesa por Gestora, Fonte e Unidade Orçamentária”:

- a) Manutenção e Funcionamento Administrativo – FERMOJU 1º GRAU R\$ 3.284.787,72;
- b) Manutenção e Funcionamento Administrativo – FERMOJU 2º GRAU R\$ 2.580.754,11.

4. GESTÃO ADMINISTRATIVA

17. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício de 2016 foi embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios, sistemas eletrônicos e unidades vinculadas, submetidos a um procedimento prévio de avaliação, visando à priorização dos trabalhos.

18. Por meio da elaboração de Matriz de Riscos, definiram-se, com razoável segurança, os processos e objetos que deveriam ser verificados prioritariamente, em função da vulnerabilidade de cada um deles e de sua importância relativa para os procedimentos de auditoria.

19. Considerando que os recursos do Tesouro com Custeio atingiu 8,07% do Executado, proporcionalmente, delimitou-se o universo passível de auditoria. Nesse sentido, atuou-se basicamente sobre a gestão administrativa do Tribunal de Justiça, restando a análise da regularidade das contratações de maior materialidade do órgão na Prestação de Contas do FERMOJU.

20. Em obediência ao Plano Anual de Atividades de Auditoria, procedeu-se as seguintes atividades de auditoria, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência administrativa, da economicidade:

- 09 auditorias operacionais;
- 06 contratos específicos;
- 03 auditorias em Obras de Engenharia;
- 02 auditorias em Tecnologia da Informação;
- 03 sistemáticas e
- 02 especiais.

21. Para tanto, em cumprimento às Ordens de Serviço de Auditoria, foram elaborados os relatórios de auditoria pertinentes aos objetos abaixo relacionados:

- a) **FERMOJU – Recursos Diretamente Arrecadados – Fonte 70** - Relatório 02/2016;
- b) **Lanlink Informática Ltda** – CT nº 04/2015 - Relatório 03/2016;
- c) **Compensação dos Registradores Cíveis** - Relatório 04/2016;
- d) **Energia Elétrica** - Contratos nº 13/2012 e 25/2012 – Coelce - Relatório 05/2016;
- e) **Banco do Brasil S.A** – CT 14/2015 - Relatório 09/2016;
- f) **Prestação de Contas Anual** (Exercício 2015) - Relatório 10/2016;
- g) **Complementação da Reforma do Auditório Dom Aloísio Lorscheider** - Relatório 12/2016;
- h) **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos** - CT nº 05/2015 - Relatório 15/2016;
- i) **Suprimentos de Fundos** - Exercício 2015 - Relatório 16/2016;
- j) **Softplan – Planejamento e Sistemas Ltda** – CT nº 26/2011 - Relatório 17/2016;
- l) **Reforma Geral da Ampliação do Prédio do JECC da Comarca de Aracati** – CT nº 17/2014 - Relatório 18/2016;
- m) **Criart – Serviço de Terceirização de Mão de Obra Ltda** – CT nº 42/2014 - Relatório 20/2016;
- n) **Berma Engenharia e Comércio Ltda** – CT nº 12/2015 - Relatório 21/2016;
- o) **Acompanhamento e Execução Orçamentária 2016** - Relatório 22/2016;
- p) **Recuperação e Pintura da Fachada do Antigo Palácio da Justiça** – CT 36/2014 - Relatório 23/2016.

22. Cumpre informar que os achados de auditoria constantes nos relatórios mencionados acima foram sanados pelas áreas auditadas ou estão em processo de resolução. As inconsistências que ainda não foram solucionadas estão sendo acompanhadas por meio de monitoramento sistemático

do cumprimento das recomendações/determinações por parte desta Unidade de Auditoria de Controle Interno.

23. No que diz respeito à regularidade dos empenhos nas modalidades de dispensa e inexigibilidade, foram efetuados testes, por amostragem, mediante consulta no sistema Ciclo Orçamentário do Sistema de Gestão Governamental por Resultados, avaliando a adequação da modalidade, dos quais constatou-se conformidade com a contratação celebrada.

24. Por sua vez, no que pertine aos exames de auditoria com foco nos processos de pagamentos, verificou-se a consonância da classificação orçamentária e da realização das fases da despesa, observando as competências internas delimitadas em Portarias, dentre outros aspectos, consoante o trabalho de auditoria pertinente à Companhia Energética do Ceará – Coelce – Contrato nº 25/2012 (Relatório nº 05/2017), bem como, a atividade de auditoria concernente às Despesas de Exercício Anterior – Custeio (Relatório nº 06/2017).

5. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

25. A execução dos recursos relativos aos Suprimentos de Fundos concedidos pelo Poder Judiciário Cearense no exercício de 2016, objeto de análise quanto a sua regularidade e as respectivas prestações de contas, foi considerada satisfatória, atendendo à legislação vigente.

26. Esta Unidade de Controle Interno analisou, de forma amostral, 72 processos de concessão de suprimento de fundos do universo de 198. As inconsistências apontadas estão sendo tratadas no Relatório de Auditoria Interna nº 08/2017.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

27. Registre-se que os demonstrativos contábeis e financeiros são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR, da Secretaria da Fazenda, a quem cabe o gerenciamento do sistema de execução orçamentária financeira e contábil patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual.

28. Esclarece-se que, da análise das peças enviadas pelas respectivas áreas, não constatou-se a completude dos extratos da conta-corrente nº 1495-4 da Caixa Econômica Federal (meses de janeiro, fevereiro, abril e maio), haja vista a conta ter sido encerrada em junho de 2016.

29. Não há registro nessa Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno de denúncias com repercussão no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, atinentes ao exercício de 2016.

30. Acresça-se que compete a esta Unidade de Controle Interno, representada pelo Auditor Chefe Leonel Gois Lima Oliveira e Auditores Lídia Maria Mendes dos Santos e Carlos André Melo Pontes, a emissão do Relatório, Certificado e Parecer de Auditoria para integrar as peças exigidas na composição da Prestação de Contas Anual do Poder Judiciário do Estado do Ceará – Exercício 2016.

31. Por fim, esta Auditoria Administrativa considera que a Prestação de Contas apresentada está em condição de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, mediante prévia manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Auditoria Administrativa de Controle Interno, em Fortaleza, aos 28 de junho de 2017.

Leonel Gois Lima Oliveira
Auditor Chefe